



O Informativo JUVENTUDE PODE é um boletim mensal do Comitê de Jovens da International dos Serviços Públicos - Brasil. Nº 05 - Abril de 2022

ARTIGO

Os desafios do SUS no pós-pandemia.
Por João Guilherme de Paula Martins

EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA

As várias frentes de atuação da professora Cássia Batalha, apaixonada pela produção e democratização do conhecimento

NO SANGUE

Nascida numa família combativa da Zona Sul de São Paulo, a dirigente sindical Laudiceia Reis segue os passos da mãe para ser tornar exemplo de compromisso com o serviço público e de dedicação à luta por direitos.

nesta edição

3

PAPO RETO

4

LINHA DE FRENTE

A dedicação integral de Laudiceia Reis em defesa do serviço público

7

PERFIL

Cássia Batalha: a resistência passa pela Educação

10

PONTO DE VISTA

Saúde e Democracia -
João Guilherme de Paula Martins

12

ART&CULTURA

Arthur Bispo do Rosário
e a Luta Antimanicomial

SALVE!

Este é o quinto número do **Juventude Pode**, informativo mensal publicado como parte do projeto internacional FORSA/ISP.

Nosso objetivo é usar esse espaço para abordar questões de interesse da juventude brasileira, trazendo sempre temas da conjuntura e estimulando o debate numa perspectiva plural e diversificada.

Além das questões de relevância nacional, traremos dicas culturais, artigos e perfis de jovens trabalhadores e trabalhadoras, além de entrevistas com lideranças da juventude nos movimentos, nos parlamentos e demais arenas de disputa.

Com boa informação, esperamos municiar nossos leitores e nossas leitoras para as longas batalhas que teremos pela frente.



J **POD**

QUEM SOMOS

O **Juventude Pode** é uma publicação do Comitê de Jovens da ISP-Brasil, financiada pelo projeto FORSA.

Coordenação: Geici Brig e Sânia Barcelos

Reportagem, edição e diagramação: Guaxi Studios

Jornalista responsável: João Paulo Soares

PAPORRETO

DESEMPREGO, INFLAÇÃO NAS ALTURAS, ALIMENTOS SUPERCAROS, JUROS EM ALTA... POVO BRASILEIRO É A MAIOR VÍTIMA DE UM PRESIDENTE QUE SÓ PENSA EM PASSEAR DE MOTO E DEFENDER AMIGOS MILICIANOS

"O pessoal não está conseguindo pagar aluguel. A gente tem história de servidor de nível básico que mora em albergue".

A afirmação da agente de controle de zoonoses Laudiceia Reis, uma das entrevistadas dessa edição do **JPod**, se refere ao funcionalismo público da cidade de São Paulo, sem reajuste há muitos anos, mas está longe de ser um caso isolado.

Ela reflete o drama vivido hoje por milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, no Brasil inteiro, lutam contra o desemprego ou se submetem a relações abusivas de trabalho, sem direito algum, remuneração reduzida e renda familiar em queda livre. Segundo dados do IBGE, a renda de quem vive do trabalho caiu 8,7% no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período de 2021.

A inflação em 12% ao ano, a explosão nos preços dos alimentos, a elevação da taxa básica de juros e os constantes reajustes de combustíveis, entre outros fatores, ajudam a agravar o quadro de crescente deterioração das condições de vida do povo. E o pior: sob absoluta inação de um presidente da República que deveria cuidar de reverter esse quadro, mas só se preocupa em passear de moto e em defender amigos milicianos.

Apesar de não ter nenhum interesse em governar de verdade, como já está mais do que provado, Bolsonaro dá mostras de que não pretende largar o osso tão fácil. Depois da fracassada tentativa de golpe em 7 de setembro do ano passado, ele e seus apoiadores voltaram à carga nas últimas semanas, sugerindo, com insinuações veladas ou explícitas, que podem não aceitar o resultado das urnas caso este não lhes seja favorável.

Do outro lado, o campo democrático se organiza e se



fortalece para mudar essa história nas eleições de outubro e devolver o Brasil a brasileiros e brasileiras a partir de 2023.

A construção de um país mais democrático passa neste momento pelas eleições, mas não se resume a isso. Ela está presente na luta cotidiana de gente como Laudiceia Reis, há mais de 10 anos militando em defesa do serviço público e dos direitos do funcionalismo, ou Cássia Batalha, cuja história também pode ser lida nas páginas desta edição.

Cássia é uma professora que se desdobra em vários empregos para sustentar a si própria e criar a filha de um ano e meio. Ainda assim, encontra tempo e disposição para dar aulas gratuitas num cursinho popular de sua cidade, ajudando jovens sem recursos financeiros a acessar os bancos universitários.

Ainda nesta edição - e no espírito da construção de um país mais justo e democrático - um artigo do atendente de nutrição João Guilherme de Paula Martins faz um histórico da importância do SUS e traça os caminhos para o fortalecimento do sistema no pós-pandemia.

Boa leitura.

LINHA DE FRENTE

DE MÃE PRA FILHA

LAUDICEIA REIS, DIRIGENTE DO SINDSEP, SE INSPIRA NAS HISTÓRIAS DE LUTA DA FAMÍLIA PARA ATUAR EM TEMPO INTEGRAL NA DEFESA DOS DIREITOS DO FUNCIONALISMO E DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO



Fotos: Arquivo pessoal

A primeira vez que Laudiceia Reis participou de uma reunião sindical foi no colo da mãe, servidora pública que atuou ativamente nos movimentos reivindicatórios da década de 90. “Não sei dizer que idade eu tinha, mas tenho lembrança de dormir nas reuniões, de tão pequena que eu era”, afirma Laudiceia. Anos depois, ao também se tornar servidora, Laudiceia não teve dúvida que qual seria a primeira providência ao assumir

seu posto: sindicalizar-se. “Já é meio que da família. Tá no sangue”, orgulha-se.

Embora tenha outras referências próximas de luta social – um de seus avós fez parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e o pai, ex-metalúrgico, distribuía jornalzinho do sindicato na empresa em que trabalhava –, foi o exemplo da mãe, Maria da Pai-

LINHA DE FRENTE

xão, hoje aposentada e com 70 anos, que mais influenciou em suas escolhas.

“Minha mãe é da Educação. Começou na prefeitura de São Paulo como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Depois virou professora. Não chegou a ser dirigente, mas sempre foi representante sindical e participava das lutas e das greves”, conta.

Nos passos de Maria da Paixão, em 2008 Laudiceia passou em um concurso público para Agente de Zoonoses. Foi chamada para a vaga em 2011 e logo virou representante sindical.

Sua primeira grande luta como servidora viria num movimento que começou em 2014 e continuou em 2015, quando os agentes de zoonoses pressionaram para fazer parte da Secretaria da Saúde. Até então, a carreira era ligada à Secretaria de Gestão. A mudança implicava regulamentação adequada e melhoria salarial.

“A prefeitura tinha proposta de reestruturação do nível universitário para a Saúde. A gente aproveitou esse movimento para que fosse criada a carreira de nível básico. Fizemos a luta e a Zoonose teve importância grande. Paramos realmente a categoria, eram 2.700 agentes, e conseguimos transformar a carreira em Agente de Combate a Endemias”, lembra Laudiceia, que hoje é dirigente do Sindsep - o sindicato que tenta unificar as lutas das várias categorias do serviço público na cidade de São Paulo.

Unidade

A filiação especificamente ao Sindsep também se deu por influência da mãe. “Vi ela obter várias conquistas aqui. É um sindicato que vai realmente para a base. Em 2018, conseguiu unificar as demais entidades pela base. Antes era fragmentado. A Educação, que é o grupo majoritário, tem mais força para conseguir as coisas [isoladamente] porque é a menos terceirizada, mas o restante é um pouco mais fragilizado”, analisa.

A unidade de 2018 se deu na luta contra o Sampaprev - a reforma previdenciária municipal iniciada pelo então prefeito João Dória (PSDB), que propunha a elevação da contri-

buição dos servidores da ativa, de 11% para 19%. A pressão unificada do funcionalismo não foi suficiente para barrar a reforma, mas conseguiu reduzir o aumento para 14%.

“O Sindsep participou ativamente desse movimento e de outros também. Todo dia tem um ataque diferente. Não dá nem pra respirar”, relata. “Enquanto isso, a gente segue com 0,01% de reajuste anual. Faz muito tempo que é só isso. Teve reestruturações pontuais, mas linear não. E as coisas cada vez mais caras... A gente tem história de servidor de nível básico que mora em albergue. Pessoal não está conseguindo pagar aluguel”.

Combate à terceirização

Os principais ataques ao serviço público, na avaliação de Laudiceia, estão relacionados aos processos de terceirização - sobretudo em sua área, a Saúde.

“A atual gestão é a que mais entrega dos serviços para as OSS (Organizações Sociais de Saúde). Os servidores se aposentam, morrem, e como não tem concurso para repor, vão entregando para as OSS. Com o Dória na prefeitura começou um processo mais violento. Hoje, 90% da saúde da cidade estão nas mãos das OSS.

Atenção básica é praticamente deles. Temos poucas unidades na administração direta, entre elas os hospitais municipais, mas com vários setores terceirizados. Estão comendo pelas beiradas”, explica.

Na condição de dirigente sindical, Laudiceia atua desde 2018 como dirigente coordenadora de Região Sul 1 - que é onde está sua unidade de origem (UBS e M'Boi Mirim) e envolve os bairros do Campo Limpo, do Jardim Ângela e do Jardim São Luiz.



LINHA DE FRENTE

Nessa função, visita as unidades e organizar a luta os trabalhadores, quase sempre relacionadas à terceirização. Em 2020 o sindicato obteve uma expressiva vitória ao barrar a entrega do Hospital Campo Limpo para a OS do hospital privado Alberto Einstein.

“Foi minha primeira grande missão na região. A gente conseguiu barrar porque na Zona Sul o movimento de saúde é forte e organizado. Isso nos fortaleceu para o enfrentamento. Foi um processo que estava cheio de irregularidade nos contratos. Chegaram para tomar tudo de uma vez, de forma truculenta. Isso causou reação dos trabalhadores e da população. Eles entraram, tiraram os postos de todo mundo e ficaram mais ou menos uma semana. Fizemos toda a luta, várias ações e o TCM (Tribunal de Contas do Município) derrubou, disse que era pra reverter porque estava irregular. Foram obrigados a sair”, comemora.

Futuro

Formada em Enfermagem, Laudiceia nunca exerceu a profissão porque concluiu o curso no mesmo ano em que foi chamada para assumir o posto de Agente de Zoonoses na Prefeitura - e na época, como agora, ela não tinha dúvida quanto o caminho a seguir.

Com 32 anos, ela diz que pretende em algum momento voltar a estudar. Mas não tem a menor ideia de quando chegará esse momento, já que as atividades sindicais consomem praticamente todo seu tempo. “Você acaba sacrificando um monte de coisas”, afirma.

Recentemente, ela iniciou um curso técnico de Decoração, mas teve de parar. Hoje, nas poucas horas vagas, ela se dedica ao artesanato de macramê. “Tiro um dinheirinho por fora, mas é mais por hobby. Ajuda a vencer a ansiedade”.

Laudiceia vê seu possível desenvolvimento profissional



diretamente relacionado a seu compromisso com o serviço público. “Minha esperança é que mude o governo para que volte a ter concursos”, comenta.

Ela está otimista em relação às eleições deste ano, mas, como militante de base, sabe que não vai ser fácil derrotar a extrema direita representada por Bolsonaro. “Acho que essa pauta conservadora, apesar de todo dia cair um moralista, tem um apelo muito forte, isso pega, e os trabalhadores estão inseridos nesse meio. Tenho colega na saúde que não quis tomar vacina por conta do presidente”, lamenta.

Ao mesmo tempo, ela percebe também que muita gente acordando para o desastre que é o atual governo. “Um colega da minha categoria, que deixei de seguir nas redes sociais porque ele defendia o Bolsonaro, outro dia veio me pedir desculpas, dizendo que eu estava certa. Achei muito interessante. O

pessoal está percebendo, está tudo caro, as pessoas estão começando a enxergar”.

No plano sindical, Laudiceia encara um novo desafio a parti de maio, quando assume a pasta de Atenção à Mulher Trabalhadora e passa a atuar em toda cidade.

“Vou dar continuidade e ampliar o trabalho que já é feito hoje de combate ao assédio sexual. Tem bastante campo pra trabalhar nessa área”, conclui.



NA BATALHA

JOVEM EDUCADORA SE DESDOBRA EM QUATRO EMPREGOS PARA SE MANTER FINANCEIRAMENTE, CRIAR A FILHA E COMPARTILHAR O CONHECIMENTO ADQUIRIDO NOS MUITOS ANOS DE DEDICAÇÃO AOS ESTUDOS

Antes de começar a entrevista, a professora Cássia Vanessa Batalha avisa que poderá ter alguma dificuldade para falar. Ela está “super-rouca”, quase afônica. “Duas vezes por ano tenho esse abatimento. É só começar o bimestre firme que minha voz some”, comenta. Não se trata de caso isolado. Patologias relacionadas às cordas vocais são comuns em sua profissão. Excesso de trabalho e estresse profissional estão na origem do problema, mostram estudos da área de fonoaudiologia. “O que mais aposenta professores é a voz”, lembra Cássia.

A rouquidão recorrente de Cássia está relacionada às suas múltiplas frentes de trabalho. Formada em Letras, com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Londrina (PR), ela dá aulas no Ensino Fundamental, em dois cursinhos pré-vestibulares e em uma faculdade de comunicação – sempre em disciplinas relacionadas a linguagem, gramática e produção de texto.

“É o dia inteiro falando, o tempo todo, da molecadinha até os mais velhos. Trabalho muito pra conseguir uma renda um pouco melhor”, resume.

O esforço tem suas compensações. Uma delas é poder se dedicar quase integralmente a uma carreira que começou a ser imaginada quando ela ainda era criança. “Desde muito pequena entrei na *vibe* da escola e nunca mais saí. Sempre fui aluna muito aplicada, dedicada, gostava muito do ambiente escolar”, recorda.

Natural de Itu, interior de São Paulo, e filha de um casal de trabalhadores braçais, Cássia destaca o apoio da família para que ela pudesse se dedicar apenas aos estudos até se formar.



Foto: Arquivo pessoal

Cássia com a filha Violeta: ‘Eu sentia o desejo de ser mãe há muito tempo’

“Meus pais não tiveram chance de chegar à educação superior, então eles valorizavam muito e me ajudaram muito também”.

Cássia estudou a vida toda em escola pública e na hora de fazer faculdade não foi diferente. Escolheu a Estadual de Londrina por sentir, ao analisar provas de anos anteriores, que era onde ela teria mais chances. “Nem tentei a Unicamp (na cidade vizinha de Campinas, bem mais perto de sua casa) porque achava que era muito difícil pra mim, pensando na realidade que eu tinha”.



Foto: Arquivo pessoal

Determinada, ela pegou um ônibus e viajou mil quilômetros para prestar vestibular na cidade paranaense. O irmão foi junto e também tentou o acesso à universidade, no curso de Filosofia. Ele passou. Ela não, e teve de aguardar mais um ano até o vestibular seguinte. Nesse período, morou com o irmão em Londrina, trabalhou de vendedora numa loja de calças jeans e redobrou os estudos para alcançar seu objetivo.

A segunda tentativa foi bem-sucedida e Cássia passaria os 10 anos seguintes pelos corredores e salas de aula da UEL, num processo contínuo de qualificação acadêmica. Obteve a licenciatura em 2011, o mestrado em 2013 e o doutorado em 2018.

Projeto Violeta

Ao concluir o ciclo acadêmico, Cássia deu entrada num apartamento financiado, casou e começou a se organizar para a realização de outro sonho antigo: a maternidade. “Eu sentia o desejo de ser mãe há muitos anos”.

Como o companheiro de Cássia não partilhava do mesmo objetivo naquele momento, o casal acabou se separando. Foi um processo “difícil”, mas ela não teve dúvida quanto ao caminho a seguir: teria a criança por conta própria, sozinha.

“Não quis enfrentar novamente todos os percursos de conhecer alguém, estabelecer um novo relacionamento etc. Emocionalmente, eu não estava preparada”. Com isso na cabeça, Cássia voltou para a casa dos pais em busca da estrutura e do afeto que pudessem dar suporte a seu projeto. “Tenho uma família muito amorosa”, diz.

Havia ainda o obstáculo financeiro, pois Cássia não tinha como bancar o processo de fertilização. O problema foi superado quando ela soube que poderia usar o sistema conhecido como “ovodoação compartilhada”. Nesse sistema, a mulher doa seus óvulos para uma família com problemas de fecundidade. Em contrapartida, a família paga o tratamento da doadora.

Ela procurou uma clínica especializada no final de 2019. Com o surgimento de uma família interessada, Cássia deu início ao tratamento para superprodução de óvulos, que envolve administração de medicamentos fortes e é acompanhado por uma série de exames regulares.

A fertilização e posterior transferência do embrião para o útero estava marcada para maio de 2020. Houve um primeiro adiamento por causa da pandemia de Covid-19, que havia chegado com força ao Brasil um mês antes, mas Cássia não conseguiu esperar muito mais tempo.

“Fiz a fertilização em junho, com muitas ressalvas da médica. Ela pediu para esperar [a pandemia passar], mas eu estava muito ansiosa, com muita vontade, muito mexida”.

Grávida, Cássia passou a ser atendida pelo SUS a partir do segundo mês. Ela conta que era questionada pelos profissionais da saúde a respeito do pai da criança.

“Perguntavam o nome do pai eu respondia: ‘não tem, só tenho um número’. Isso era bem difícil”, conta, lembrando que no começo ela mesma às vezes estranhava a situação. “Ir à consulta sem ter companheiro, todo esse esteriótipo de família, isso mexe muito com a gente”.

A gravidez não trouxe apenas questões emocionais, mas também físicas. “É difícil mesmo. A gente não pode romantizar. É tudo o que eu esperava, a concretização de uma vontade, mas tem que lidar com a realidade. Tive algumas internações até o quinto mês e muitos enjoos”.

Passado esse período de turbulências, as coisas melhoraram. No sexto mês, Cássia ficou sabendo que seria mãe de uma menina. O nome escolhido, Violeta, é uma dupla homenagem à cantora, compositora e artista plástica Violeta Parra, do Chile, e a uma amiga espanhola que o pai de Cássia teve quando criança.

Violeta nasceu em 6 de fevereiro de 2021. A partir daí, com o apoio da família nos cuidados da criança, Cássia foi aos poucos retomando algumas atividades interrompidas durante a gravidez - entre elas as aulas no Cursinho Popular de Itu, uma de suas paixões como educadora.

Educação popular

O Cursinho Popular de Itu é totalmente gratuito e voltado a estudantes de baixa renda que vão fazer as provas do Enem e exames vestibulares. Todos os 24 professores são voluntários e cada um contribui de acordo com suas áreas de pesquisa e atuação. As aulas acontecem aos sábados. Funciona desde 2009 e atende, em média, entre 100 e 150 jovens por ano.

“Chegou a ter 250 alunos antes da Pandemia”, afirma Cássia. “Hoje tem 50”.

A queda de frequência, na avaliação dela, não está relacionada apenas ao coronavírus, mas também ao



desmonte promovido na educação e em outros setores pelo governo Bolsonaro, desmotivando a juventude em relação ao ensino superior público. “É consequência do momento histórico que a gente vive. Mas a gente tende a resistir e a construir com a comunidade”, ressalta.

O cursinho popular foi a primeira experiência de Cássia em sala de aula como professora. Ela começou a dar aulas ali em 2011, assim que concluiu a graduação em Letras. Como permaneceria ligada a UEL até 2018, por causa do mestrado e depois do doutorado, essa atividade envolveu constantes viagens entre Londrina e Itu - distantes mil quilômetros uma da outra. “O vínculo é muito forte”, comenta.

Paralelamente, Cássia começou a desenvolver os trabalhos remunerados que a levaram para as múltiplas frentes de atuação. Com a chegada de Violeta, a necessidade de recursos ficou maior, e ela tem se desdobrado dia a noite para dar conta.

“É muito difícil e cansativo. Trabalho muito. Espero que ela entenda quando crescer. Mas sou muito realizada, muito feliz”.



SAÚDE E DEMOCRACIA

FORTALECIMENTO DO SUS PASSA PELA AMPLIAÇÃO DE RECURSOS E PELA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

JOÃO GUILHERME DE PAULA MARTINS

Todos os anos, em 7 de abril, é celebrado o Dia Mundial da Saúde. É uma data para discussões, com o objetivo de conscientizar a população sobre os diferentes fatores que afetam a saúde de todas, todos e todes. Mas de qual conceito de saúde estamos falando?

Saúde não representa a mesma coisa para todos. Muito menos é um conceito abstrato. Pode-se definir no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, expressando distintos valores e concepções.

No Brasil, até a Constituição de 1988, a saúde era direito apenas de quem tinha carteira assinada. Os demais pagavam pelo atendimento, faziam fila na porta dos poucos hospitais públicos espalhados pelo país ou dependiam da caridade alheia e da filantropia.

Forjado durante a efervescência política das décadas de 70 a 90 em nosso país, o Sistema Único de Saúde (SUS) se vincula à perspectiva democrática que, desde o início,

inspirou sua construção. A histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986 com o tema 'Democracia e Saúde', mobilizou a sociedade na defesa da ampliação do conceito de saúde, elevando-o à condição de direito e servindo como norte para a elaboração das bases do capítulo da saúde na Constituição Cidadã. A associação entre democracia e saúde nos permitiu escrever um contrato social afirmando a Saúde como direito de todos e responsabilidade do Estado.



Em 2019, a 16ª Conferência Nacional de Saúde retomou o tema central 'Democracia e Saúde' num contexto de severos ataques aos direitos sociais, materializados, entre outros, pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que congelou os investimentos em saúde e educação, entre outros setores, até 2036.

Apesar da falta de recursos, e com problemas crônicos de gestão, o SUS chega aos 31 anos como único sistema do mundo que atende mais de 200 milhões de pessoas de forma gratuita, integral, igualitária e universal. Para mais de 75% da população brasileira, o SUS é a única opção de assistência: de uma simples consulta a procedimentos complexos como transplante de órgãos.

[O combate ao coronavírus mostrou o valor do SUS]

As conquistas são referências mundiais: maior programa de vacinações e transplantes de órgãos do mundo; programa de distribuição de medicamentos contra a Aids - que revolucionou o tratamento da doença nos cinco continentes; financiamento de 95% dos transplantes; sistema de hemocentro; mais de 150 milhões de pessoas por ano atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); produção nacional de vacinas para as doenças negligenciadas ou emergentes; e distribuição de medicamentos para o controle de doenças crônicas não transmissíveis, por exemplo.

Qualquer pessoa pode ser atendida pelo SUS, condição que chamamos Direito Universal à Saúde. Todos nós, brasileiros(as/es), utilizamos o SUS, direta ou indiretamente, mas nem todos sabem disso. Ele não é apenas um sistema de assistência médico-hospitalar, pois também desenvolve outras ações importantes.

O SUS realiza vigilância permanente nas condições sanitárias, no saneamento, no ambiente, na segurança do trabalho, na higiene dos estabelecimentos e serviços. Regula o registro de medicamentos, insumos e equipamentos, controla a qualidade dos alimentos e sua manipulação. Normaliza serviços e define padrões para garantir maior proteção à saúde.

Em 2020, o SUS foi colocado à prova com o surgimento novo coronavírus, que desafiou e desafia governos, autoridades sanitárias e sistemas de saúde, além de ter evidenciado vulnerabilidades provocadas pelas formas de produção e pelas condições de vida em todo o mundo.

A atuação dos profissionais da saúde no combate à Covid-19 expôs não só sua competência e compromisso, mas também os problemas relativos às condições de trabalho. O cenário anterior à pandemia já indicava sobrecarga, baixos salários e necessidade de recorrer a múltiplos empregos para sustentar o domicílio, num quadro de profissionais majoritariamente feminino (70%). Com a Covid, surgiram diversos outros desafios, como insegurança, sobrecarga, estresse e adoecimento físico e mental.

Os maiores desafios hoje estão na adoção de políticas eficazes, tanto nacionais quanto regionais, que incluam investimentos adequados para superar a escassez de recursos humanos, a regulação e a melhoria das condições de trabalho. Além disso, os auxiliares e técnicos de enfermagem, maior contingente de profissionais de saúde, representando mais de 1,4 milhão de trabalhadores, são os

que mais sofrem com a falta de reconhecimento, valorização salarial e elevada carga horária. Durante a pandemia, diversos profissionais foram obrigados a trabalhar sem equipamentos de proteção adequados e sem testagem e capacitação, enquanto eram afastados de suas famílias para cumprir a sua função de cuidar do outro.

Duas pesquisas realizadas em 2020 e 2021 - uma pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); outra pela Internacional de Serviços Públicos (ISP) - mostraram que a situação caótica do país, em meio às negligências governamentais agravadas pela pandemia, estavam trazendo muitos problemas aos profissionais da linha de frente, dentre eles, desgaste físico e emocional, insônia e desejo de suicídio.

Ao mesmo tempo, o Brasil viveu o agravamento de uma crise política, econômica, sanitária e ambiental. Em 2021, no pior momento da pandemia, tivemos de enfrentar ainda uma nova leva de fakenews que desacreditaram a investigação científica e estimularam ineficazes tratamentos precoces e resolutivos. As diversas teorias da conspiração formuladas, com base nesse cenário confuso, estimularam a resistência de uma parte da população em acreditar na eficiência das vacinas.

Nesse cenário, emaranhado em uma briga política interna, o governo demorou a liberar verba para a compra de vacinas no Brasil e atrasou o início da vacinação. Enquanto o presidente da República desencorajava os cidadãos a se imunizarem e estimulava o "tratamento precoce" com substâncias inócuas contra o coronavírus.

Mesmo com tantas adversidades, o combate ao coronavírus mostrou claramente a importância do SUS e dos profissionais da saúde. Portanto, é de fundamental importância reconhecer, valorizar, respeitar e celebrar o trabalho de médicos, intensivistas, paramédicos, farmacêuticos, técnicos e todas as pessoas envolvidas na assistência gratuita à população.

Lutar pela saúde é lutar pela Democracia! É defender as universidades públicas, que têm contribuído de modo inestimável para o avanço da ciência e para a formulação de políticas públicas, através da formação de profissionais qualificados e da realização de pesquisas avançadas nas mais diferentes áreas, contribuindo para um futuro melhor para o país.

VIVA O SUS! Juntos somos mais fortes!!!

*João Guilherme de Paula Martins, 33 anos,
é atendente de Nutrição e delegado sindical de base
do SinSaúde-SP no HC de Ribeirão Preto*



Na 'Terra dos Homens'

Maio é o mês da Luta Antimanicomial e também aniversário de nascimento de Arthur Bispo do Rosário, o artista plástico que embaralhou como ninguém a fronteira entre loucura e genialidade.

Rosário passou a maior parte de sua vida num hospício do Rio de Janeiro, diagnosticado como “esquizofrênico-paranoico” após ter uma revelação mística que o transformou num personagem messiânico.

Na instituição, usando lixo, sucata, tecido e discursos fragmentados produziu um fascinante conjunto de obras que, segundo ele, deveriam representar a vida na “Terra dos Homens” quando chegasse o Dia do Juízo Final.

Bispo do Rosário nasceu em 1909 em morreu em 1989. Seu trabalho só transpôs os muros do hospício poucos anos antes de sua morte, no contexto do histórico movi-



mento pelo fim dos manicômios no Brasil, criado por trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde mental.

As obras de Bispo Rosário estão num museu que leva seu nome e que fica em área da antiga Colônia Juliano Moreira, manicômio onde ele passou 49 anos internado. O museu guarda também trabalhos de outros pacientes psiquiátricos, contando com um acervo de mais de 1.500 peças.

Parte desse acervo está na exposição “Arte Ponto Vital”, que reúne obras de Antônio Bragança, Osvaldo Kar, Melania e Stella do Patrocínio, entre outros, além do próprio Rosário.

No [site do museu](#) é possível fazer um tour virtual pela exposição e saber mais sobre a vida e a obra do artista.



J | POD

"Estamos em um ano eleitoral e para iniciar nossa jornada de lutas declaramos o último ano do governo genocida"

Trecho da nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que organizou o Acampamento Terra Livre em Brasília de 4 a 14 de abril

ATÉ A PRÓXIMA